

Novos caminhos

No estado a que chegou a saúde pública no Brasil, é bem-vinda qualquer iniciativa honesta de socorrê-la, ainda que limitada. E não chega a ser má idéia que tenha ambições modestas porque, em toda parte, não há mais como esperar.

Não há mais como esperar que dê certo o sistema concebido para racionalizar e integrar o atendimento à saúde em escala nacional, o Sistema Único de Saúde (SUS). Quer em razão de suas dificuldades de gerenciamento, que se revelou exageradamente vulnerável à corrupção, quer em razão de visível desinteresse da classe política pela sua salvação. Isso é flagrante na relutância do Congresso, com todo o bom conceito pessoal em que lá é tido o ministro da Saúde, Adib Jatene, a aprovar a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Não é por acidente que o projeto, que garantiria mais recursos para a área de saúde, parece estar sendo empurrado com a barriga na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, como numa prévia de sua rejeição em plenário. E parece ser razoável acreditar que o simples socorro financeiro não recuperará um sistema com sérios defeitos de estrutura e procedimentos.

Boas alternativas para o resgate de uma saúde pública órfã e desvalida têm vindo de iniciativas regionais. São exemplos confortadores os convênios firmados entre prefeituras do interior de Minas, para evitar a pulverização dos recur-

sos e garantir salários dignos aos profissionais do setor, além de criarem unidades bem equipadas de atendimento, algumas hoje já consideradas centros de referência.

A iniciativa mais recente pertence ao prefeito de São Paulo, Paulo Maluf, instituindo o Plano de Atendimento à Saúde (PAS), através de lei aprovada no ano passado pela Câmara Municipal. O plano permite ao prefeito transferir, mediante contrato, para cooperativas profissionais, a prestação dos serviços de saúde em áreas de-

terminadas do município. O poder público participa fornecendo funcionários, equipamentos e imóveis.

Compreende-se que o plano provoque polêmica. É comum em qualquer tentativa de abrir caminhos. Já foi mesmo questionada a legalidade do plano, em face de dispositivos constitucionais e da Lei de Licitações para tais contratos. Mas não será jamais o caso de boicotar ou rejeitar a iniciativa em si; no máximo, pode-se

provocar a Justiça a se pronunciar.

Assim, não é transparente o intuito da mobilização contra o PAS, conduzida pelo Conselho Regional de Medicina e pelo Sindicato dos Médicos de São Paulo. Não ficou patente o espírito público de que ela deveria estar imbuída. E se levantou a suspeita de que teria prevalecido o espírito corporativo, em face do disposto numa das cláusulas do contrato — a que exige serviços sem ameaça de interrupção; ou seja, garantidos contra greves.

O SOCORRO FINANCEIRO NÃO RECUPERARÁ UM SISTEMA COM SÉRIOS DEFEITOS

OUTRA OPINIÃO

Tragédia em Pirituba

PEDRO HENRIQUE SILVEIRA

Poucos cidadãos deste país se mostram satisfeitos com o atendimento médico dispensado pelo SUS. De um lado, hospitais e servidores da saúde em estado pré-falimentar e, de outro lado, a sociedade, em sua grande maioria sem atendimento básico de qualidade mínima.

Diante do caos instalado no Brasil, o prefeito de São Paulo buscou uma alternativa para melhorar a qualidade do atendimento médico através de um projeto denominado PAS (Plano de Atendimento à Saúde), que propõe fundamentalmente a criação de cooperativas formadas a partir de seus próprios funcionários, que se licenciariam da Prefeitura e constituiriam uma sociedade financiada pelo dinheiro público. Em tese, tudo caminharia bem se, desde o início, janeiro de 95, tal proposta não provocasse polêmica.

Inicialmente o projeto não foi implantado tal qual o desejo do prefeito, sendo submetido à votação na Câmara dos Vereadores e aprovado após ameaças feitas por Paulo Maluf de passar o rolo compressor no Parlamento municipal. Aprovado e regulamentado, o plano de saída expulsou o secretário de Saúde da Prefeitura.

De maneira intempestiva, o plano determinou o dia 31 de dezembro último como data de seu início no Hospital de Pirituba, bairro da Zona Norte de São Paulo. Tal como prevíamos, o de-

sastre ocorreu. Em poucos dias de funcionamento, 21 pessoas morreram no hospital-piloto.

O dilúvio do PAS se abateu sobre a cidade, como as enchentes sazonais. Fundamentalmente a proposta foi tragada nas águas turvas das intenções políticas de cunho meramente eleitorais de homens públicos que construíram um quartel aparentemente belo, porém se esqueceram dos soldados que lá deveriam trabalhar.

A resistência por parte dos funcionários da Prefeitura em aderir espontaneamente às cooperativas foi a grande e fatal surpresa para os planos de Maluf que, mesmo ameaçando seus 40 mil servidores da saúde de transferências aleatórias para complicar suas vidas, mal agregou poucas dezenas de amigos leais ao seu projeto.

O cofre da Prefeitura detém hoje R\$ 1 bilhão destinado à saúde de São Paulo. É fato incontestável que, nos três primeiros anos de seu governo, o prefeito pouco investiu no setor, permitindo sua falência. Já

no final do mandato, ele arrisca messianicamente um projeto defendido por um engenheiro que busca solução para os médicos. Nem à custa da promessa de gordos salários conquistaram credibilidade suficiente dos médicos, que não aceitaram o *mico* e a responsabilidade do gerenciamento da saúde pública, tarefa difícil, porém confiada ao estado.

PEDRO HENRIQUE SILVEIRA é presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.

OS MÉDICOS NÃO ACEITAM A RESPONSABILIDADE DE GERENCIAR A SAÚDE PÚBLICA